

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal Juliana Cardoso

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Da Sra. JULIANA CARDOSO)

Altera a Lei nº 10.778, de 2003, para dispor sobre o acompanhamento psicossocial às mulheres vítimas de violência; e a altera a Lei nº 11.340, de 2006, Lei Maria da Penha, para ampliar as possibilidades de cuidado de seus dependentes a fim de proporcionar condições para obtenção de renda própria.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, que "Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados" para dispor sobre o acompanhamento psicossocial às mulheres vítimas de violência; e a altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha, para ampliar as possibilidades de cuidado de seus dependentes a fim de obtenção de renda própria e afastar situações de insegurança financeira.

Art. 2° A Lei n° 10.778, de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 2°-A:

- "Art. 2º-A O Sistema Único de Saúde deverá disponibilizar acompanhamento psicossocial humanizado às mulheres vítimas de violência.
- 1º O agendamento para triagem ou primeiro atendimento deverá ser realizado com prioridade.
- 2º O acompanhamento psicossocial das mulheres vítimas de violência doméstica poderá ser realizado à distância, por meio de tecnologias de comunicação e informação, com atividades individuais ou em grupos, conforme a situação."

Art. 3º O § 7º do art. 9º da Lei nº 11.340, de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:



Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 411 | CEP 70.160-900 - Brasíllia/DF Telefone (61) 3215-5411 | dep.julianacardoso@camara.leg.br agendadepjulianacardoso@gmail.com





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal Juliana Cardoso

"§ 7º A mulher em situação de violência doméstica e familiar tenh prioridade para matricular seus dependentes em berçários, creches e instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio ou do seu local de trabalho, ou transferi-los para essamediante apresentação instituição. а dos documentos comprobatórios do registro da ocorrência policial ou do processo de violência doméstica e familiar em curso (NR)".

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei foi desenvolvido a partir do Projeto de Lei nº 685/17, apresentado à Câmara Municipal de São Paulo em coautoria por dezessete vereadores, o que corresponde à quase um terço do Legislativo paulistano. Este número, equivaleria proporcionalmente a aproximadamente 160 parlamentares desta nobre Casa subscrevendo a mesma proposição.

Este projeto de lei, aprovado e promulgado como Lei nº 17.560, de 31 de maio de 2021, previa a implantação do acompanhamento psicológico para mulheres vítimas de violência no município.

Ao trazer esta proposta para o nível federal, considerando a legislação já existente, optamos por alterar a Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, que "Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados", que já traz uma definição bastante abrangente de violência contra a mulher.

Por fim, como medida protetiva adicional para os casos de violência doméstica, propomos a alteração da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha, para que haja prioridade para matricular seus dependentes também em creches e berçários (atualmente a previsão é apenas para educação básica – que vai dos guatro aos dezessete anos) e não apenas próximo do seu domicílio, mas também do seus local



Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 411 | CEP 70.160-900 - Brasíllia/DF Telefone (61) 3215-5411| dep.julianacardoso@camara.leq.br agendadepjulianacardoso@gmail.com

Apres<mark>e</mark>ntação: 08/03/2023 13:10:19.843 - MES.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal Juliana Cardoso

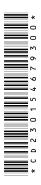
de trabalho; pois entendemos que é fundamental ampliar as condições para que a mulher vítima de violência possa ter condições de trabalhar fora de casa e assim garantir sua independência financeira.

Diante do exposto, e considerando relevância da presente proposta, contamos com o apoio das deputadas e deputados para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das sessões, 08 de março de 2023.

JULIANA CARDOSO

Deputada Federal PT/SP



Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gabinete 411| CEP 70.160-900 – Brasíllia/DF Telefone (61) 3215-5411| dep.julianacardoso@camara.leg.br agendadepjulianacardoso@gmail.com

